

Alternativas ao desemprego, mobilidade geográfica e integração urbana*

MARIA MARGARIDA MARQUES **

Os constrangimentos económicos conduzindo ao abandono dos campos e as oportunidades de trabalho enquanto factor de atracção aos centros urbano-industriais são, na verdade, verso e face de uma mesma realidade.

Em Portugal, a escassez de pólos de forte dinamismo económico e, em particular, das cidades de média dimensão, tem sido considerada como reflexo do desequilíbrio estrutural que marca o processo histórico de crescimento urbano (Godinho, 1980). Estudos feitos sobre a naturalidade dos activos das grandes unidades industriais da margem sul do estuário do Tejo (Cruz, 1973) e, em geral, da população residente na área metropolitana de Lisboa (Gaspar, 1987), pondo em evidência a diversidade das áreas geográficas de recrutamento, apontam para a confirmação desse diagnóstico.

Acontecimentos recentes vieram, contudo, alterar de alguma forma a situação. Na AML sabe-se que, na sequência do encerramento ou da redução de pessoal ocorrida em empresas da região de Setúbal, se verificou um movimento inverso, de repulsão (cuja amplitude não é, de momento, passível de quanti-

ficação rigorosa). Na realidade, uma vez desaparecidas, ou substancialmente atenuadas as vantagens que inicialmente atraíram as populações migrantes (oportunidades de trabalho), e tendo-se verificado alguma redinamização de certas regiões do país até então repulsoras de mão-de-obra⁽¹⁾, poder-se-ia considerar que estariam, deste modo, criadas as condições para a inversão do processo: regresso ao meio de origem ou novo movimento migratório em direcção a outras zonas mais atractivas em termos de oportunidades de reintegração no mercado de trabalho⁽²⁾.

Estudos recentes (Benis, 1988) questionam, no entanto, a pertinência do modelo neo-clássico que assenta no pressuposto de que o fenómeno migratório é um processo auto-regulado, sendo então a mobilidade geográfica e profissional dos actores determinada unicamente por uma análise objectiva das vantagens comparativas do meio de acolhimento relativamente ao meio de partida. Para além dos factores «objectivos» (oferta e procura, ou constrangimentos e oportunidades) há, se seguirmos esta perspectiva crítica, outros que, sendo mais difíceis

* As entrevistas têm vindo a ser realizadas com a colaboração de uma equipa de alunos finalistas do curso de Sociologia: Graça Magalhães, Manuella Mendes, Maria João Grenha, Carlos Nunes, Marina Peres e Fátima Bento. A todos eles agradeço o apoio prestado, quer no trabalho de campo, quer através das discussões sobre aspectos específicos dos problemas tratados, que muito me ajudaram a sistematizar as ideias.

** Socióloga. Assistente no Departamento de Sociologia da FCSH-UNL.

(1) No decorrer das entrevistas foram frequentemente referidos o Algarve e o distrito de Aveiro como regiões de retorno (raramente como nova experiência migratória) de ex-colegas, amigos ou familiares.

(2) Outras condições (objectivas) poderiam concorrer para a ampliação deste movimento de saída da região, das quais salientaremos: as indemnizações recebidas pelos trabalhadores, como compensação pela rescisão do contrato de trabalho, os estímulos ao investimento e os apoios concedidos às iniciativas locais geradoras de emprego, e as dificuldades actualmente colocadas à emigração.

de observar e medir, não são menos importantes — a integração em estruturas sociais que não inibam a deslocação, antes a favoreçam, ou mesmo que facilitem a integração no meio de acolhimento.

I. INTEGRAÇÃO SOCIAL EM MEIO URBANO

A própria cronologia dos acontecimentos conduziu a que a integração dos migrantes, oriundos de zonas rurais, no quadro urbano tenha sido (e continue a ser) objecto privilegiado de estudo da Sociologia. R. E. Park foi, neste aspecto como noutros, pioneiro ao chamar a atenção para o facto de que o «transplante» para um meio mais heterogéneo e complexo que o meio de origem provoca o desenraizamento socio-cultural e afectivo e confina, pelo menos na fase inicial, o migrante a uma posição «marginal» na estrutura urbana. O processo migratório seria, assim, responsável pela desorganização individual e social, ao mesmo tempo que forçaria à aquisição, mais ou menos rápida, de novas «competências» susceptíveis de permitir a adaptação ao quadro urbano.

Na realidade, estudos posteriores vieram mostrar que, não apenas as áreas urbanas apontadas como «focos» de desorganização social (bairros degradados — cf. Whyte, 1967), como ainda o pretensado desaparecimento das relações de suporte (em particular as familiares — cf. Tilly e Brown, 1967) são ideias feitas, «clichés» que a investigação empírica não verifica, antes refuta.

Germani (1978) propõe, aliás, que se considere a assimilação dos migrantes em função de três dimensões: a «adaptação» pessoal, a «participação» nas actividades urbanas e a «integração cultural». Assim, a aculturação pode ser mais ou menos profunda e a adopção de novas práticas mais ou menos limitada. A integração no meio urbano deverá, por conseguinte, ser analisada tendo em atenção as características dos grupos no seio dos quais os migrantes participam. Estes podem, na realidade, funcionar como veículos de integração «plena» no meio urbano, de integração «parcial», ou ainda como meios de isolamento⁽³⁾.

(3) Ahik (1963) propõe, no que respeita ao meio operário, uma tipologia semelhante: estilo de vida associado à cultura de massas; subcultura operária tradicional (relações confinadas ao meio industrial); e subcultura dominada pela tradição pré-industrial, centrada na terra e na família.

Por outro lado, Touraine (1960), ao estudar a mobilidade dos operários de origem rural, defende a ideia de que, para além dos factores objectivos que influem na decisão de migrar para as cidades (cálculo assente na análise das vantagens comparativas), há que analisar a mobilidade enquanto projecto pessoal, atendendo a dois aspectos: a natureza da decisão e as condições de integração no meio urbano-industrial. Na situação de «deslocação», o grau de racionalidade da decisão é mínimo, na medida em que a migração é determinada por condicionamentos externos e ocasionais; subjacente à «partida», há uma decisão consciente e intencional de ruptura com o meio de origem; finalmente, no que diz respeito à situação de «mobilidade», encontramos, subjacente à decisão, um projecto de mobilidade social, a médio ou longo prazo, e que não se esgota, portanto, na primeira experiência industrial, tida como fase transitória.

Esta última situação é, igualmente, a mais favorável a uma integração plena no meio urbano mas, na medida em que o projecto é individual, torna-se pouco provável a adesão a estratégias colectivas — de defesa ou de promoção de interesses de grupo. Por outro lado, a partida favorece a adopção de tais comportamentos e atitudes, proporcionando assim as condições necessárias à identificação com um segmento específico do universo urbano: o operariado. Finalmente, a deslocação, ao favorecer a manutenção de laços fortes com o meio de origem, é a situação em que se verificará, tendencialmente, menor integração no quadro urbano e uma «habituação passiva» ao meio industrial.

O regresso ao meio de origem, induzido por condicionamentos alheios à vontade e controle dos indivíduos que correspondem a este terceiro tipo, não deveria por conseguinte implicar grandes custos psicológicos e sociais. Antes pelo contrário, poderia ser uma antecipação de um projecto há muito ambicionado de retorno. Já em relação aos dois primeiros, tal opção teria necessariamente efeitos destruturantes e, porventura, relativamente marcantes na medida em que significaria um corte não desejado com o meio de adopção e, eventualmente, um adiamento «sine die» de um projecto de ascensão social.

Na realidade, estudos recentes têm vindo a questionar as teses da alienação urbana e a contestar o pessimismo latente nos sociólogos da Escola de Chicago (em particular Wirth, 1938). A análise das

características sociais dos grupos com base local permite, por um lado, rejeitar a hipótese do determinismo dos factores ecológicos (Gans, 1982). Por outro lado, embora a complexidade da organização urbana conduza à segmentação dos contactos e confira grande peso às relações secundárias, não se verifica o desaparecimento das micro-estruturas. Distinguido entre a «esfera pública» e a «esfera privada» das relações sociais em meio urbano, pode-se explicar tanto a desconfiança e a distanciação nos contactos, como ainda a permanência e importância das relações socio-afectivas e de entajuda nas cidades (Fischer, 1981).

Com efeito, a integração na estrutura urbana é forçosamente, e tanto para os migrantes, como para os naturais das cidades, mediatizada pela participação em grupos de reduzida dimensão e, especialmente, em «subculturas de suporte» (Fischer, 1975). A integração da cidade enquanto sistema seria, assim, realizada através das «trocas, da negociação e dos conflitos entre as diferentes subculturas» (p. 1337) que coexistem no meio urbano.

Nesta perspectiva, a estrutura social das cidades deveria ser considerada como uma teia mais ou menos complexa de redes sociais, onde as relações informais, regulares ou esporádicas, desempenham um papel fundamental quer para o equilíbrio psicológico dos indivíduos, quer para a própria organização e regulação urbanas (Fischer *et al.*, 1977).

2. O CONTEXTO SOCIOLÓGICO DO PROBLEMA

Em finais de 1986 iniciou-se uma observação junto de trabalhadores recentemente saídos da Lisnave em ordem a conhecer as condições em que se processou a saída, as dificuldades e oportunidades de reintegração no mercado de trabalho e, em particular, a reacção à eventualidade de uma fixação fora da A.M.L. — correspondendo a um regresso à terra (do próprio, do cônjuge, ou dos pais/sogros), ou ainda a uma nova experiência migratória (para outro centro urbano ou não).

Ao analisar a proveniência geográfica dos trabalhadores da Lisnave (Quadro I), constata-se que, antes das rescisões ocorridas após 1978, mais de 60% são naturais de fora da A.M.L.; do conjunto dos que abandonaram a empresa após essa data,

56,5% já tiveram uma experiência migratória (Quadro II).

QUADRO I
Naturalidade ^(a) (%)

REGIÕES ^(b)	Admissões anteriores a 31/12/67 e posteriores a 31/12/49	Admissões posteriores a 31/12/49
Norte litoral ^(c)	2.2	2.2
Norte e centro interiores ^(d)	11.4	11.3
Centro litoral ^(e)	12.2	11.0
A.M.L. ^(f)	46.6	37.5
Alentejo ^(g)	20.2	24.5
Algarve ^(h)	6.5	7.9
Regiões Autónomas	0.3	0.5
Estrangeiro	0.6	5.1

FONTE: SHP da Lisnave.

(^a) Soma dos activos mais as rescisões ocorridas entre 31/12/78 e 31/12/86 (admissões posteriores a 1950).

(^b) Esquema de comparticipação adaptado de Gaspar (1987).

(^c) Distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto.

(^d) Distritos de V. Real, Bragança, Viseu, Guarda e C. Branco.

(^e) Distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém.

(^f) Distritos de Lisboa e Setúbal (excluindo os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines).

(^g) Distritos de Portalegre, Évora e Beja (e incluindo os 4 concelhos de Setúbal não considerados na A.M.L.).

(^h) Distrito de Faro.

QUADRO II
Naturalidade - Rescisões ^(a) (%)

REGIÕES ^(b)	Admissões anteriores a 31/12/67 e posteriores a 31/12/49	Admissões posteriores a 31/12/49
Norte litoral ^(c)	1.5	1.6
Norte e centro interiores ^(d)	9.5	8.5
Centro litoral ^(e)	11.0	9.2
A.M.L. ^(f)	51.4	43.5
Alentejo ^(g)	18.2	21.3
Algarve ^(h)	7.1	7.3
Regiões Autónomas	0.3	0.6
Estrangeiro	1.0	8

FONTE: SHP da Lisnave.

(^a) Rescisões ocorridas entre 31/12/78 e 31/12/86 (admissões posteriores a 1950).

(^b), (^c), (^d), (^e), (^f), (^g) e (^h) — Ver Quadro I.

A redução substancial dos efectivos da Lisnave ocorre num contexto de recessão profunda do mercado mundial da indústria naval. A acrescer à crise do sector, as tensões e conflitos que marcaram as relações laborais na empresa e, em particular, a

QUADRO III
Naturalidade / Domicílio
(rescisões + activos)

DOMICÍLIO	N A T U R A L I D A D E					
	Norte litoral	Norte e centro	Centro litoral	A.M.L. (*)	Alentejo	Algarve
LISBOA						
• Cascais	2.6	2.1	2.6	3.1	1.2	1.3
• Lisboa	19.2	16.0	13.7	20.0	3.8	5.3
• Loures	4.1	3.2	3.0	2.1	1.6	1.3
• Oeiras	6.2	4.0	3.8	5.2	2.2	2.6
• Sintra	3.6	3.9	4.0	2.7	1.9	0.6
• Amadora	4.2	3.1	2.7	2.5	2.4	1.1
• Outros	—	0.3	0.3	0.6	0.2	0.1
Total	39.9	32.6	30.1	36.2	13.3	12.3
SETÚBAL						
• Almada	32.1	29.0	29.3	27.1	31.1	35.9
• Barreiro	7.8	7.9	7.8	9.1	15.5	10.4
• Moita	3.1	1.8	3.0	6.7	7.4	6.7
• Seixal	14.5	25.2	24.6	14.4	27.6	28.1
• Outros	1.0	1.7	1.2	6.0	2.4	1.5
Total	58.5	65.6	65.9	63.2	84.0	82.6
DISTRITO DE ORIGEM	1.0	1.0	3.7	—	2.2	5.0
OUTROS DISTRITOS	0.5	0.7	0.2	0.6	0.4	0.1
ESTRANGEIRO	—	0.1	0.1	0.1	0.1	—
Total geral	99.9	100	100	100	100	100

FONTE: SIIP da Lisnave

(*) Distritos de Lisboa e Setúbal.

ampliação dos efectivos ⁽⁴⁾ verificada num período de decréscimo da actividade dos estaleiros navais conduzem à decisão de redimensionar a empresa.

A decisão é tomada, no entanto, numa fase de grande depressão do sector da metalomecânica e da actividade económica da região, em geral. Não cabendo aqui analisar em detalhe a situação, convém no entanto salientar que a amplitude do processo de encerramento de empresas ou de redução significativa dos efectivos, assim como a gravidade das situações decorrentes do atraso no pagamento de salários (que, na Lisnave, dura há cerca de 3 anos), são condições à partida potencialmente favoráveis à instalação de um clima de instabilidade psicológica e social — que conduziu parte dos que, entretanto, tomaram a decisão, ou foram compelidos a sair da empresa, a procurar trabalho fora da região.

(4) Em 1976 foram integrados nos quadros da Lisnave os trabalhadores de uma empresa associada (Gaslimpo).

Veamos, então, mais detalhadamente as características dos trabalhadores da Lisnave. Quanto à naturalidade (Quadro I), constata-se que o Alentejo e, em termos relativos, o estrangeiro (em particular Cabo Verde), são as áreas de recrutamento que mais contribuem, no período recente ⁽⁵⁾, para o aumento dos trabalhadores do estaleiro — o Alentejo passa de uma representação de 20% antes de 1968, para mais de um quarto das admissões ocorridas após essa data; o estrangeiro passa, respectivamente, de 0,6% para 6,7%.

Estes dados vêm, na realidade, confirmar uma tendência já detectada em estudos anteriores (Cruz, 1973) — a amplificação recente do afluxo de naturais do Alentejo às unidades industriais da região de Setúbal. O que se reflecte, de igual modo, na sua participação significativa (mais de um quinto — ver

(5) Que corresponde ao período de expansão da actividade da Lisnave, na sequência da inauguração do estaleiro da Margueira.

QUADRO IV
Formação Escolar / Idade
(rescisões + activos)

(%)

GRAU DE INSTRUÇÃO	DATA DE NASCIMENTO					TOTAL
	Antes de 1/1/ '19	1/1/ '19 a 1/1/ '29	1/1/ '29 a 1/1/ '39	1/1/ '39 a 1/1/ '49	1/1/ '49 a 1/1/ '64	
Formação inexistente ou desconhecida	24.4	9.8	4.6	1.0	4.2 ⁽⁶⁾	3.3
Ensino básico	71.7	75.1	79.5	78.1	43.1	70.4
Ensino secundário	2.3	7.3	9.6	16.2	45.0	20.4
Ensino superior	0.8	7.8	5.9	4.6	7.6	5.7
Grau não definido	0.8	—	0.4	0.1	0.1	0.2

FONTE: SIIP da Lisnave.

(⁶) Este valor contraria a tendência geral para a quebra, mas reflecte, na realidade, a presença de numerosos naturais das ex-colónias. (Ver Quadro V).

Quadro II) nas rescisões. Com efeito, e na medida em que as saídas afectam os naturais das diferentes regiões em proporções sensivelmente idênticas ao seu peso no universo dos trabalhadores da Lisnave, elas concentram-se essencialmente nos naturais do sul do país.

Ao analisar, por outro lado, a localização residencial em função da naturalidade (Quadro III) verifica-se uma preferência generalizada pelo distrito de Setúbal, embora mais clara por parte dos naturais do sul que a observada para os trabalhadores da empresa provenientes do norte e centro do país. São três os concelhos da margem sul do estuário do Tejo que apresentam maior concentração de trabalhadores da Lisnave: Almada, Seixal e Barreiro. Novamente aqui se confirma a heterogeneidade de recrutamento geográfico característica do crescimento demográfico da região e a consolidação das fileiras migratórias já anteriormente postas em evidência (Cruz, 1973)⁽⁶⁾.

No que diz respeito à formação escolar (Quadro IV), os dados espelham um baixo grau de instrução geral (73,7% têm, no máximo, o ensino básico) e uma clara tendência para o aumento global da escolaridade à medida que a idade diminui (52,7% dos que nasceram depois de 1949 têm, no mínimo, o ensino secundário, contra 20,9% dos que nasceram entre 1939 e 1949). Na realidade, estes dados deverão ser interpretados, por um lado, à luz da recentidade da

migração (geográfica e profissional) da maioria dos trabalhadores manuais da empresa e, por outro lado, com reflexo da própria evolução tecnológica dos estaleiros da Lisnave⁽⁷⁾.

Se considerarmos, agora, a formação escolar especificamente dos ex-trabalhadores da empresa (Quadro V), constatamos que 76,2% têm, no máximo, o ensino básico, o que configura, à partida, limitações importantes à mobilidade profissional. De salientar que neste aspecto são igualmente os naturais do Alentejo que evidenciam um nível de instrução formal mais débil — seguidos dos do norte litoral e do norte e centro interiores (e omitindo, naturalmente, os naturais do estrangeiro).

Muito embora a fraca qualificação académica não possa ser considerada como um bloqueio no acesso ao mercado de trabalho, as condições em que essa integração pode ser feita vão, de alguma forma, reflectir essa debilidade (Marques, 1988). Com efeito, atendendo à recessão generalizada no ramo da metalomecânica e, em particular, da indústria naval, a especialização funcional adquirida, quer na escola de formação⁽⁸⁾, quer na experiência directa da produção na Lisnave, podem não representar, à partida, garantias de êxito para os trabalhadores (manuais e admi-

(7) O fraco nível de especialização tecnológica das empresas da região de Setúbal, reflectido na fraca qualificação dos efectivos, foi objecto de análise extensiva em Cruz (1973).

(8) A escola de formação foi constituída para paliar ao baixo nível de qualificação dos trabalhadores manuais e para garantir alguma especialização no sector da indústria naval a todos os funcionários em geral. Alguns dos entrevistados afirmaram ter feito a 4.ª classe (e outros graus) nessa escola. No entanto, outros, provenientes de escolas industriais, mostraram-se mais reticentes quanto ao «valor acrescentado» que a frequência da escola permitiu.

(6) De destacar, em particular, a maior concentração, absoluta e relativa, dos naturais do Alentejo no Barreiro, e os elevados valores registados no Seixal, para todas as proveniências geográficas. Uma análise por freguesia permitiria, ainda, pôr em evidência a multiplicidade de pólos de desenvolvimento demográfico no Concelho do Seixal e, no interior de cada concelho, as preferências residenciais em função da naturalidade.

QUADRO V
Naturalidade / Formação Escolar
(rescisões)

	Form. inexis- tu ou desconhecida	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior	Grau não definido
Norte litoral	4.2	76.1	14.1	4.2	1.4
Norte e centro interiores	1.9	75.9	17.7	4.5	—
Centro litoral	2.7	69.0	22.6	5.7	—
A.M.L.	4.5	68.3	20.8	6.3	0.1
Alentejo ⁽⁹⁾	3.0	80.0	14.2	2.8	—
Algarve	3.1	68.8	25.3	2.8	—
Estrangeiro	26.5	57.2	11.3	3.9	1.1
Total	5.5	70.7	18.8	4.9	0.1

FONTE: SIIP da Lisnave.

nistrativos) não possuidores de uma qualificação susceptível de assegurar a adaptação a outro(s) sector(es) de actividade.

Finalmente, se a fraca qualificação pode constituir um freio à mobilidade profissional, há que ter presente que a decisão de mobilidade geográfica, por seu lado, afecta o agregado familiar no seu todo. Pela leitura dos dados relativos ao estado civil (Quadro VI), verifica-se que a esmagadora maioria dos trabalhadores saídos da Lisnave (86%) são casados (apenas 12,7% são solteiros), o que pode representar um obstáculo adicional à mobilidade geográfica ⁽⁹⁾.

QUADRO VI
Estado Civil
(rescisões) (%)

Casado	86.0
Divorciado	0.8
Solteiro	12.7
Víduo	0.5

FONTE: SIIP da Lisnave.

Se, sob o efeito de constrangimentos externos importantes, a mobilidade fosse encarada como eventual opção, a sua concretização implicaria um esforço de adaptação a novas condições de existência por parte dos diferentes membros do agregado familiar (quer se tratasse de uma primeira experiência ou não). Estudos feitos (Rambaud, 1973) apontam, no entanto, as mulheres e os jovens como os segmentos que, na sociedade rural, são mais sensíveis às perspectivas

de autonomia e afirmação individual que a cidade proporciona. Atendendo à origem maioritariamente não urbana dos ex-trabalhadores da Lisnave, poder-se-ia, por conseguinte, esperar que qualquer projecto de mobilidade para fora de um centro urbano (retorno ou nova experiência migratória) pudesse vir a suscitar, à partida, opiniões partilhadas no seio de grande número de famílias na situação aqui analisada.

Por outro lado, e não menos importante, Wilson (1985) sugere que os efeitos da «exposição» ao meio urbano sobre as atitudes são, em geral, duráveis e não desaparecem com a eventual migração para fora da cidade. No caso vertente, e embora a antiguidade na empresa seja um indicador remoto, só cerca de 6% dos ex-trabalhadores da Lisnave ingressaram na empresa após 1975, enquanto mais de metade foi recrutada entre 1970 e essa data, o que sugere uma experiência urbana prolongada.

Nestas condições, as questões que procuraremos discutir na análise dos dados da observação empírica aqui apresentados são as seguintes: quais as condições favoráveis ao surgimento da ideia de migrar? Quando e em que condições é que essa ideia ganha forma e se concretiza num projecto? Quais os obstáculos à mobilidade profissional e geográfica e em que medida o apego ao meio urbano interfere na opção resultante?

3. METODOLOGIA

Os dados aqui apresentados foram recolhidos durante a fase exploratória do estudo. Nesta fase procurou-se analisar de que forma os agentes intervenientes interpretam e avaliam as situações vividas,

(9) As situações concretas podem ser bastante mais complexas. Por exemplo, entrevistámos 4 ex-trabalhadores da Lisnave divorciados que afirmaram não querer afastar-se dos filhos e um solteiro que não se queria separar dos pais.

os constrangimentos com que se deparam e as oportunidades que se lhes oferecem.

As entrevistas que têm vindo a ser realizadas são guiadas e têm uma duração média de 1 hora e 30 minutos. Os contactos com os entrevistados são estabelecidos através de intermediários que continuam a manter contactos mais ou menos regulares com ex-colegas desvinculados da Lisnave, seguindo a técnica da bola de neve. Procurou-se, desta forma, tornar os contactos menos impessoais e, simultaneamente, explorar as redes sociais.

Nove das entrevistas foram feitas junto de ex-trabalhadores manuais da Lisnave que se associaram para formar empresas (cooperativas ou sociedades por quotas) após a saída. O guião aqui utilizado foi algo diferente do anterior, estando mais centrado em questões relativas à organização da empresa e à sua estratégia de penetração no mercado.

Finalmente, importa referir que os dados apresentados de seguida são essencialmente descritivos e correspondem às entrevistas já exploradas, efectuadas junto de 56 ex-trabalhadores da Lisnave. Destes, apenas 8 tinham, enquanto activos da empresa, profissões não manuais (4 quadros e 4 funcionários administrativos), 4 dos quais são do sexo feminino.

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No que diz respeito à origem geográfica dos entrevistados (Quadro VII), embora 13 sejam naturais da A.M.L., aqueles cujo pai, a mãe, ou ambos foram os iniciadores do processo migratório têm ligações ainda recentes à província. Dos restantes, só uma minoria vem de cidades ou de vilas (1 é natural do Porto e 2 de vilas nordestinas). A profissão dos pais da maioria dos entrevistados (ex-trabalhadores manuais na Lisnave) estava associada ao trabalho agrícola e parte substancial dos próprios entrevistados iniciou a sua vida activa na agricultura («*Os meus pais trabalhavam no campo... [Eu também]. Tinha de ser, pois, a vida é mesmo assim!*»).

A intensidade da ligação à terra de origem é, no entanto, variável. Pelo que nos foi dado observar, ela é máxima quando a migração para a cidade e, em particular, o ingresso na Lisnave, são entendidos como experiências transitórias, mas necessárias para permitir um regresso em condições diferentes das que levaram à saída («*Na altura em que eu comecei a fazer [a casa na terra] era com essa hipótese [de*

regresso] *que eu trabalhava ali [na Lisnave] ... para lá ter uma casa onde me meter*»).

Na realidade, embora 5 dos entrevistados (todos ex-trabalhadores manuais no estaleiro) tenham pensado, depois da saída da Lisnave, regressar à terra (2 do Algarve, 1 do distrito de Santarém e 2 de Viscu), só 3 têm já um plano traçado para concretizar, efectivamente, tal projecto. Todos começaram já, aliás, a preparar o retorno, designadamente arranjando trabalho ou criando as condições para a integração no mercado local — o que pode significar, eventualmente, um regresso à actividade anterior à migração urbana («*Estou a pensar todos os dias ir para lá! ... Por mais que queira gostar disto [Barreiro], não consigo! Eu gosto é de estar [na terra] ... Vou para lá, quer dizer, quando for possível, disparado! ... Só os meus moços é que me agarram aqui, senão já tinha ido há muito tempo. Assim como comecei há 3 anos [a trabalhar lá, na pesca], já lá estava!*»).

De salientar que, nas entrevistas realizadas, não sobressai a ideia de que as dificuldades em arranjar trabalho na região de acolhimento tenham grande influência nesta decisão de retorno. Na realidade, verifica-se uma ligação afectiva muito forte que, ela sim, parece ser determinante da opção («*Eu gosto mais lá de cima que cá de baixo ... Assim que puder ... quero ver se estou aqui mais uns 10 anos porque*

QUADRO VII

Naturalidade dos entrevistados (*)

REGIÃO	CLASSE FUNCIONAL NA LISNAVE			TOTAL
	Directamente produtivos	Indirectamente produtivos	Quadros	
Norte litoral	2	—	—	2
Norte e centro interiores	—	1	2	3
Centro litoral	5	—	—	5
A.M.L.	10	1	2	13
Alentejo	15	1	—	16
Algarve	3	—	—	3
Regiões Autónomas	1	—	—	1
Estrangeiro	1	—	—	1
Beira Alta ^{b)}	2	—	—	2
Total ^{c)}	39	3	4	46

(*) Não são aqui consideradas as 9 entrevistas feitas, junto de ex-trabalhadores manuais da Lisnave que se associaram, após a saída da empresa, para formar cooperativas ou sociedades por quotas.

^{b)} Não foi especificado o distrito de origem.

^{c)} Desconhecida a naturalidade de um dos entrevistados.

depois acabou! Vou para a terra! Vou para a terra porque não gosto de estar aqui ... [e] sinto-me bem lá em cima!»; «São outros ares, outras águas ... é outra vida, é totalmente diferente»; «É lá que eu vou viver o resto da minha vida ... Eu nasci lá, cresci lá, pá!, gosto daquilo, gosto daquele ambiente, gosto de lá estar, gosto de tudo quanto, quanto há lá pois faz parte daquilo que eu quero para viver!»).

Na verdade, arranjar trabalho remunerado não parece ter constituído problema insuperável para a maioria dos entrevistados do sexo masculino («*Eu saí da Lisnave é porque me senti com forças para trabalhar. E digo-lhe: trabalho há! Agora, se eu sou serralheiro civil e meti-me em canalizador, porquê? ... Mas eu não me importava de ir para a serventia, eu não me importava de ir para o mar! E há muito português ... que não quer ... Nós somos burgueses, é verdade, os portugueses são burgueses!*»); «*A situação que se me tem ... deparado ... [é] digamos [que] não estou a ser pressionado: se eu quero ficar [num emprego], fico, se eu quero mudar, mudo!*»). No entanto, a situação ambicionada pela maioria dos entrevistados é, de facto, poder dispôr de um trabalho regular, com horários fixos, mais concretamente de um emprego («*Não aprecio assim muito [o trabalho remunerado à hora], aprecio sim um emprego ... É muito mais giro chegar ao fim do mês e ter o seu salário*»).

4.1. Situação perante o trabalho

No que diz respeito à situação perante o trabalho (Quadro VIII), embora 16 dos ex-trabalhadores manuais da Lisnave estivessem formalmente desempregados na altura em que as entrevistas foram feitas, só 7 se encontravam numa situação de quase total inactividade. Os outros 9 trabalhavam esporadicamente por conta de empreiteiros (no sector da indústria naval ou noutros sectores, mas em actividades não muito diferentes da rotina que tinham na Lisnave).

Quanto aos 16 trabalhadores por conta de outrem, 3 são presentemente quadros superiores (2 já eram quadros na Lisnave e 1 era funcionário administrativo), 5 trabalham no sector dos serviços (1 vendedor comissionista, 1 porteiro, 2 funcionários camarários e 1 vigilante), 3 trabalham no sector primário e apenas 5 são operários (3 da construção civil e 2 noutros ramos).

QUADRO VIII

Situação perante o trabalho:
na Lisnave e na altura em que foi feita a entrevista

SITUAÇÃO ACTUAL	SITUAÇÃO NA LISNAVE			TOTAL
	Operários	Funcionários administrat.	Quadros	
T.C.O.				
• quadro	—	1	2	3
• serviços	4	1	—	5
• operário	5	—	—	5
• trab. manual do sector primário	3	—	—	3
T.C.P.				
• gestor de empresa ou director de cooperativa	10	—	2	12
• trabalhador independente	5	1	1	7
• proprietário de comércio alimentar	8	2	—	10
DESEMPREGADO				
• inactivo	7	—	—	7
• trabalho por conta de empreiteiros	9	—	—	9
Total	48^(a)	4^(b)	4^(b)	56

(^a) A soma das parcelas é superior ao total devido à dupla actividade de 3 dos entrevistados.

(^b) A soma das parcelas é superior ao total devido à dupla actividade de 1 dos entrevistados.

Dos restantes 29 que trabalham por conta própria, detectámos três situações distintas: 7 trabalham como independentes, em regime de profissão liberal (um ex-quadro da Lisnave e um ex-funcionário administrativo) ou enquanto trabalhadores manuais (em actividades especializadas e numa organização de tipo artesanal); 10 têm um pequeno comércio alimentar, para a viabilização do qual é indispensável a ajuda familiar (só num caso se verifica uma associação com um ex-colega da Lisnave); e 12 optaram pela constituição de sociedades (por quotas ou cooperativas), associando-se a ex-colegas da Lisnave (1 ex-quadro e 9 ex-trabalhadores manuais dos estaleiros), ou a pessoas exteriores ao universo dos ex-colegas da empresa (1 ex-quadro e 1 ex-operário)⁽¹⁰⁾.

Entre os que se encontram, presentemente, na situação de desemprego (inactividade efectiva), im-

(10) A soma das parcelas não corresponde aos totais marginais devido à dupla actividade de 5 dos entrevistados (ver Quadro VIII).

porta referir que, enquanto 5 não podem ou não pretendem continuar a trabalhar (1 à espera de reforma, 3 com subsídio de doença e 1 prestes a atingir a idade da reforma, têm rendimentos que lhe permitem sobreviver sem trabalhar), só 2 procuram trabalho. Por outro lado, só nos 3 casos dos entrevistados que estão dependentes do subsídio de doença encontramos situações delicadas no que concerne às condições materiais de existência.

Relativamente aos 9 que, na altura da entrevista, trabalhavam por conta de empreiteiros, o aspecto mais negativo da situação prende-se com a irregularidade do trabalho («*Hoje há, amanhã já não há*») e com as condições em que ele é realizado («*É a vida de trabalhar, é muito diferente de uma vida efectiva de uma empresa*»). Há, no entanto, compensações: a remuneração é superior à auferida numa situação de assalariado mas numa actividade indiferenciada; não são quebrados os laços com o universo industrial, nem é afectada a identidade social de operário; e as rotinas técnicas de trabalho mantêm-se, «grosso modo», igualmente inalteradas («*Andei aí a varrer 8 meses ... sujeitei-me a ir para a vassoura ... E a malta dizia: — Eh pá!, X, então tu andas aqui coiso, tão pouco dinheiro, ainda se não soubesses trabalhar!*» ... *Comecei a ver e ... por 30 contos vou trabalhar para o gancho. Está bem que o gancho não é certo, mas um gajo num mês arranja mais do que isso!*»).

Em relação aos restantes ex-trabalhadores da Lisnave entrevistados, há que distinguir duas situações: os que enveredaram (deliberadamente ou não) por actividades indiferenciadas e os que têm uma profissão bem definida e que requer alguma especialização. Na primeira situação, podemos englobar quer os assalariados presentemente na situação de trabalhadores não especializados (porteiro ...), quer os proprietários que investiram as indemnizações e outras poupanças na constituição de pequenos comércios alimentares («*Na altura, quando fui para isto, foi porque calhou este, ou talvez fosse mais fácil entrar neste do que noutra qualquer, sem conhecer mercado, sem conhecer pessoas, sem conhecer nada do negócio*»). Na segunda, situam-se todos os trabalhadores independentes («*O ter saído [da Lisnave] deu-me outras possibilidades de furar por outros lados ... O tempo que passei no estaleiro ... [foi] tempo perdido, não só em termos económicos, como em termos de desbravar caminho!*»); os sócios de empresas constituídas após a saída, quer directa e essencialmente vocacionadas para o mercado da

indústria naval (caso das 9 sociedades formadas por ex-trabalhadores manuais da Lisnave), quer orientadas para outros sectores de actividade (opção de 2 ex-quadros e 1 ex-trabalhador manual da Lisnave); e, finalmente, parte dos que se encontram presentemente na situação de assalariados.

A análise das condições formais em que se processou a reintegração no mercado de trabalho não permite, no entanto, uma caracterização eficaz e completa das situações. Na realidade, a percepção que os próprios agentes têm das suas experiências profissionais e, designadamente, a perspectiva comparativa em relação à situação enquanto assalariados na Lisnave é, igualmente, importante.

Assim, entre os presentemente indiferenciados, pudemos constatar duas posições: aqueles que vivem a nova actividade profissional como uma experiência frustrante, mas necessária para assegurar a sobrevivência e alguma estabilidade de trabalho («*Estar agarrado ao volante não me diz nada. Qualquer pessoa se pode agarrar ao volante. Não é aquele o meu mundo, o meu mundo é mais criativo!*»); e aqueles para quem a nova experiência profissional se enquadra num projecto de mobilidade social, que implica abdicar de algumas prerrogativas, mas também proporciona satisfações importantes («*Trabalha-se muito mais, mas ao menos ninguém manda! É de livre vontade!*»; «*Enquanto a gente na Lisnave tínhamos 8 horas por dia, aqui não tenho horários, passo a ter 12, 15, quando não é mais! ... E depois foi uma maneira de irmos para a frente, a gente não lucrou nada [na Lisnave]*»).

Quanto aos restantes, importa referir que o êxito da reintegração no mercado de trabalho é muito variável: enquanto aqueles que estão confinados a segmentos de mercado relativamente estreitos e, em certos casos, saturados (caso da maioria das 9 sociedades de ex-trabalhadores manuais que continuam muito dependentes do mercado da Lisnave), evidenciam algum cepticismo quanto às perspectivas de futuro, já os outros, que conseguiram penetrar noutros segmentos de mercado menos limitativos⁽¹¹⁾, se afirmam satisfeitos com o que consideram ser uma mobilidade profissional ascendente e, em geral, as novas oportunidades que se lhes abrem («*É verdade que nunca trabalhei tanto como depois de ter saído,*

(11) Embora 3 estejam ligados, se bem que muito marginalmente, ao sector da indústria naval (1 ex-quadro e 2 ex-trabalhadores manuais).

mas sinto-me mais recompensado. Foi difícil mas foi enriquecedor, no sentido inclusivamente da confiança em mim próprio»).

De salientar ainda que a qualificação profissional é, em regra, referida como recurso importante para aproveitar as oportunidades que se oferecem no mercado de trabalho («A grande maioria ... trabalhavam lá [na Lisnave] mas não eram profissionais ... Um indivíduo que lá ... nunca passou de andar a pintar o navio, chega cá fora, não encontra ... Um torneiro, um mecânico, um electricista, um serralheiro encontra trabalho»). Sete dos entrevistados, conscientes das limitações que a fraca qualificação lhes impunha em termos de acesso ao mercado, iniciaram, após a saída da Lisnave, uma nova fase de aprendizagem («Vim embora da Lisnave e vim para o mercado de trabalho. Peguei no jornal e comecei a ver o que é que lá havia. É evidente que havia muito pouco para mim ... Eu primeiro fiz assim uma grande reflexão e digo: — Bem, 35 anos, serralheiro, um bocado mexido, sim — mas isso não era o suficiente — e com o ciclo preparatório. Eu tenho que dar uma volta nisto". E então dei. Primeiro meti-me numa escola à noite, no primeiro ano, tirei o 7.º, o 8.º e o 9.º. No segundo ano, tirei o 10.º e o 11.º. E agora ando no 12.º»). Assim, 5 reingressaram no ensino formal (1 desistiu logo no início) e 2 frequentaram cursos de reciclagem profissional⁽¹²⁾. A idade e, sobretudo, a relutância ou o receio de envelhecer por novas experiências profissionais são, porém, apontadas como principais factores de inibição («Há pessoas, pá!, em quem eu reconheço, pá!, um grande valor ... e que acho que estão a deixar passar qualquer coisa por elas. Assim como eu deixei durante muitos anos. Estão ... a acartar água com um cesto»).

Neste contexto, e pelo que nos foi dado observar⁽¹³⁾, o reingresso no mercado de trabalho foi marcado, para a maioria dos entrevistados, por um «comportamento de livre interesse» (Chombart de Lauwe, 1977). As novas condições a que se passa-

(12) Dos que rescindiriam voluntariamente os contratos, apenas 2 afirmaram ter aproveitado os cursos de reciclagem proporcionados pela escola de formação da Lisnave para reingresso no mercado de trabalho.

(13) Apesar do tipo de aproximação que seguimos, os contactos nem sempre foram fáceis. De facto, deparámo-nos com algumas recusas ou não comparências a encontros marcados e confirmados — em particular quando se tratava de desempregados de longa duração (2 ex-funcionários administrativos, de sexo masculino e em idade activa).

ram a sujeitar podem, no entanto, suscitar alguma preocupação, sobretudo para os que passaram de um trabalho (manual ou administrativo) que requeria alguma especialização, para a situação de indiferenciados ou de regime de trabalho precário. Apesar do êxito da reintegração no mercado ser muito variável, os que se consideram em condições piores que as que tinham enquanto assalariados da Lisnave adaptaram-se a uma situação de trabalho que tem, apesar de tudo, vantagens — designadamente em termos de identidade social. Os outros, quer porque se sentem satisfeitos com o tipo de trabalho que têm, quer porque este não interfere negativamente na sua auto-estima, não necessitam de considerar a hipótese de uma experiência migratória. Aliás, mesmo quando esta faz parte dos projectos, não é, nos casos que nos foi dado observar, por razões directamente relacionadas com o trabalho, mas devido à forte ligação que os prende ao meio de origem.

4.2. Obstáculos à mobilidade geográfica

Até ao momento, e atendendo ao facto da esmagadora maioria dos entrevistados já ter uma experiência migratória, apenas tem sido feita referência ao retorno à terra de origem. No entanto, se a «crise» afectou o tecido industrial da região de Setúbal (e que ainda hoje se faz sentir), há outras regiões do país que apresentam um dinamismo económico considerável (centros industriais, turísticos...) — e que podem ou não corresponder à região de origem dos entrevistados — susceptíveis de atrair os trabalhadores recentemente saídos da Lisnave⁽¹⁴⁾.

Procuraremos, portanto, na análise que se segue, abordar as reacções à hipótese de uma nova experiência migratória não restringindo essa opção a uma eventualidade de retornar ao meio de origem.

4.2.1. Oportunidades no mercado de trabalho extra-local

No que diz respeito à eventualidade de retorno ao meio de origem, o tipo de oportunidades existentes no mercado de trabalho local pode constituir um obs-

(14) Durante a fase de atraso salarial, ou após a saída da Lisnave, 9 dos entrevistados foram trabalhar, durante um curto período, para o estrangeiro.

táculo à mobilidade. Com efeito, quer por parte dos ex-trabalhadores manuais da Lisnave («[A agricultura] é uma coisa que está totalmente fora do meu sistema ... Aquilo é um ambiente que eu não estou habituado a ele»), quer por parte dos ex-quadros da empresa («Eu acho que a minha terra, hoje, para mim, que não tinha, não me podia receber em termos profissionais. Tenho consciência disso»), as limitações do mercado local são sublinhadas como factor de repulsão. Na realidade, e sobretudo para os que são naturais da província, o regresso à terra de origem poderia, nestas condições, representar um bloqueio à mobilidade profissional ascendente iniciada aquando da migração para a região de Lisboa — e, em certos casos, um retrocesso.

Para os entrevistados que, na Lisnave, tinham uma profissão manual, a eventualidade de um retorno pode ainda suscitar problemas de outra natureza. Com efeito, alguns referiram que a fragilidade da posição de procurador de trabalho, em particular, poderia ter como consequência uma situação de dependência, não desejada, em relação à família («Eu vim para a Lisnave como aprendiz a ganhar mais do que o meu pai ganhava em encarregado ... E depois, era também aquela coisa da independência! ... É claro que eu, quando foi esta crise toda, podia-me pôr à sombra da bananeira ... podia ir para lá [terra] ... Mas, eh pá!, não era situação para mim ... E depois, pá!, nós temos de ter um certo orgulho, pá!, para saber ... onde nos metemos!»).

Por outro lado, a eventualidade de uma experiência migratória para outra região do país (que não a terra de origem) seria merecedora de alguma consideração unicamente no caso das oportunidades de trabalho oferecidas serem substancialmente melhores que as actuais («Evidentemente que eu não ponho de parte a hipótese de trabalhar noutra sítio ... Agora vamos lá a ver, eu não me pareceria correcto ir trabalhar numa outra parte com condições piores do que aquelas que tenho! Também não vejo muita possibilidade de eu melhorar nesse sentido»). Esta atitude aparece, naturalmente, mais vincada em particular por parte dos entrevistados que consideram que, após a sua saída da Lisnave, conseguiram uma reintegração cujo êxito se deve ao próprio conhecimento do mercado local («Eu, de facto, sinto-me muito mais útil aqui em Lisboa do que se estivesse no Porto ... Conheço o meio empresarial — foi toda uma vida, não é?!»).

4.2.2. Família

A necessidade de afirmação de autonomia em relação à família extra-nuclear não se manifesta, como vimos, nos 3 entrevistados que já têm planos traçados para regressar à terra. Aqui, o maior obstáculo ao retorno é o receio da eventual perturbação que essa experiência poderia vir a provocar ao nível do núcleo familiar («Desisti [momentaneamente da ideia de regressar à terra] ... por causa do miúdo ... A minha mulher também não ... gostava muito de ir para lá e então diz: “— Vamos ficar por aqui”. Mas até, na altura, até estava muito balanceado a ir para lá»).

Esta é, na realidade, a objecção mais frequentemente levantada à mobilidade geográfica por parte dos ex-trabalhadores manuais da Lisnave entrevistados. No entanto, ela não parecia constituir problema, senão secundário, para os ex-quadros da empresa. Para estes, as oportunidades no mercado de trabalho e as possibilidades de mobilidade ascendente foram os aspectos mais salientes na análise da situação.

Especificamente no que diz respeito aos filhos, as oportunidades em matéria de estudos que a cidade oferece («Por causa dos miúdos ... sempre havia [cá] mais acesso à escola») e, em geral, o seu equilíbrio socioafectivo («É que para mim já se torna muito difícil [optar pelo retorno] porque os meus miúdos já são daqui») são as razões mais frequentemente aduzidas para justificar a decisão.

Por outro lado, a migração para a cidade foi, para a maioria dos entrevistados, uma decisão tomada com carácter definitivo. Alguns (possuindo ou não familiares na terra de origem), desfizeram-se, mesmo, de todos os bens que lá tinham, o que coloca o problema adicional da falta de alojamento para a família («Vou daqui, vou dormir para lá para um palheiro? Não tenho lá casa, não tenho lá nada, que é que eu vou para lá fazer?»).

Finalmente, a posição das mulheres é, em regra, de forte resistência a sair de um centro urbano para ir viver para uma aldeia ou uma vila de província. Na realidade, uma (nova) experiência migratória significaria, para as mulheres que não trabalham e, «a fortiori», para as que têm uma actividade profissional, uma situação de incerteza por duas razões: em primeiro lugar, o agente cuja mobilidade profissional determina a migração é o homem, tornando-se, por conseguinte, o acesso ao mercado de trabalho por parte da mulher algo imprevisível («Ele tinha vontade de concorrer para leccionar lá e entretanto lá

depois tentava eu arranjar um emprego ou, pronto, qualquer coisa»; em segundo lugar, essa experiência implicaria, de alguma forma, uma desestabilização em termos de estilo de vida e, em geral, um obstáculo à manutenção dos laços fortes («Gosto de viver aqui, não sei se gostaria de viver lá ... Eu é que fui sempre de não ter vontade, não queria. Porque eu pensava que aqui há mais hipóteses sempre para os nossos filhos estudarem ... Foi aqui que eles nasceram, é aqui que eles têm os amigos deles e é aqui que nós temos os nossos, também, a nossa família, a minha mãe ... Só esgotando as possibilidades todas é que saíria [daqui]»).

4.2.3. Enraizamento local

Não apenas a intensidade da ligação ao meio de origem pode ser mais ou menos forte, como ainda a identificação com o universo industrial, a comunidade local e o meio urbano em geral pode também ser variável (Ahtik, 1963; Gans, 1982). Na realidade, enquanto alguns dos entrevistados manifestam interesses de tipo «cosmopolita» (Merton), parte considerável dos ex-trabalhadores manuais da Lisnave tem um estilo de vida privilegiadamente centrado localmente. Embora a disparidade de recursos, relacionada com a pertença de classe, possa explicar parcialmente os constrangimentos que se impõem no acesso a bens materiais e imateriais, locais e extra-locais, outros factores como o estúdio no ciclo de vida, a subcultura de orientação e o status ambicionado são igualmente importantes para compreender o relacionamento com o meio envolvente (Michelson, 1970).

Pelo que nos foi dado observar, há que distinguir, «grosso modo», duas dimensões do enraizamento local que aparecem sistematicamente referidas: a diversidade de oportunidades que a cidade oferece e as relações socioafectivas entretanto estabelecidas. No que diz respeito à primeira, e atendendo à origem maioritariamente não urbana dos entrevistados, há uma clara consciência de que a localização residencial actual proporciona oportunidades mais diversificadas que qualquer cidade de província e infinitamente mais variadas que qualquer pequeno aglomerado populacional. A eventualidade de um regresso à terra implicaria, por conseguinte, uma privação, se não traduzida numa redução efectiva das actividades, pelo menos vivida como limitativa da liberdade de

escolha a que a vida num meio urbano entretanto os habituou («Eu gosto muito de cinema, mas vou poucas vezes ao cinema. Se eu estivesse numa terra onde não houvesse cinema, eu tenho a certeza que aquilo, para mim, era capaz de ser um problema complicado ... Eu não gosto de não me sentir privado das coisas, embora eu, muitas vezes possa não as utilizar»).

Aliás, apesar da maioria ter raízes mais ou menos recentes, e frequentemente parentes, da mesma geração ou da dos pais, fora dos grandes centros urbanos, a terra de origem (do próprio ou dos pais) é geralmente percebida como lugar de repouso («Sou capaz de voltar um dia mais tarde, depois dos filhos todos casados e todos arrumados, passar lá uns tempos mais sossegados mais a velhota»), mas já distante em termos de modo de vida e ligações socioafectivas. Na realidade, as características que mais singularizam o meio de origem em relação ao modo de vida urbano (menor heterogeneidade, maior tranquilidade) não são suficientes (nem sequer relevantes) para o tornar atractivo («Para quem está assim habituado a Lisboa, ou a uma cidade relativamente grande e movimentada, aquilo é demasiada paz. É muito parado ... São terras onde a vida, ou as actividades possíveis são relativamente limitadas. Há um conjunto de coisinhas que se podem ir fazendo, mas fazem-se ali em 2, 3 dias. Depois acaba por ser ... muito repetitivo»; «É uma terra, portanto, mais só, com menos movimento, com, enfim, uma terra mais pobre, completamente pobre»; «Em X não há nada!»).

Por outro lado, a primeira experiência migratória representou para alguns um corte radical com a terra de origem, com a família de orientação e com as dificuldades que conheceram durante a infância («Não, olhe nunca pensei [regressar] porque, eu vou-lhe dizer, eu nunca gostei verdadeiramente [da minha terra] ... A minha infância realmente não foi fácil ... Eu posso-lhe dizer que eu já [lá] não vou há 10 anos, e tenho possibilidades de ir ... em qualquer altura!»).

Outros, no entanto, não tendo rompido tão definitivamente os laços familiares extra-locais, teceram entretanto relações de maior intimidade fora do universo familiar («E depois até a separação geográfica, as poucas vezes que as pessoas se vêem, acaba por haver ... relações muito mais próximas com amigos do que com uma família que a gente tem lá não sei onde»). Na realidade, é sabido (cf. Fischer,

1981), os amigos passam a ocupar uma posição de maior relevo nas redes sociais dos urbanos e as relações com o segmento familiar extra-nuclear ⁽¹⁵⁾ tornam-se mais esporádicas, mesmo que a distância geográfica não seja impeditiva do contacto («*Famíliares tenho, mas não é aqui na zona, é [na periferia norte de Lisboa] ... com quem ... praticamente não contactamos. Encontramo-nos se formos à terra ao mesmo tempo, que isso é raro acontecer*»).

Assim, embora a dimensão socioafectiva do enraizamento local seja indissociável da primeira, ela é veementemente sublinhada, quer pelos entrevistados naturais da província («*Estou feito a este ritmo, a este ambiente, às pessoas, tudo. Gosto de estar aqui*»), quer pelos outros («*Foi aqui que eu fui criado, gosto, conheço as pessoas, dou-me bem [aqui]*»). Aliás, entre os ex-trabalhadores manuais da Lisnave que manifestam maior concentração no universo industrial e na comunidade local, a veemência com que é afirmado o enraizamento é ainda maior, mesmo que a sua situação seja substancialmente pior agora que a que tinham enquanto trabalhadores do estaleiro («*Para sair daqui é um caso sério! ... Se eu tivesse que sair daqui, não sei, pá!, havia de estranhar, estranhava bastante! Habituei-me, é o hábito!*»). Em contrapartida, todos os 3 entrevistados que manifestaram a intenção de regressar à terra de origem se mostram muito reticentes ao estabelecimento de relações fortes ao nível local («*Como é que vamos saber que aquela pessoa é mesmo nossa amiga?*»).

Finalmente, importa referir que, no caso específico de 2 dos entrevistados que começaram a preparar o retorno, os compromissos actualmente assumidos em termos de trabalho obrigam a um adiamento da mobilidade projectada — e que se explica até pela necessidade de realizar alguma poupança antes do regresso.

Em suma, as observações realizadas até ao momento sugerem que a reintegração no mercado de trabalho após a saída da Lisnave não constituiu problema intransponível para a maioria dos entrevistados. A idade, a ausência de qualificação específica e o apego às rotinas de trabalho podem, no entanto, limitar as alternativas. Nestas condições, e dado que o livre interesse permite uma escolha não submetida

(15) Excluindo, aqui, as relações com os pais/sogros e, eventualmente, os irmãos.

a grandes pressões, só em condições excepcionais será considerada a hipótese de uma experiência migratória — raramente para a terra de origem. No que diz respeito aos que manifestam um comportamento de preocupação (quer pela dificuldade de encontrar trabalho, quer pelas novas condições de trabalho — que consideram negativas), a má experiência de reintegração no mercado de trabalho não é estímulo suficiente para tentar uma (nova) experiência migratória.

Embora a mobilidade geográfica faça parte da trajectória pessoal da maioria dos entrevistados, a adaptação ao modo de vida urbano e, em particular, a habituação a um meio caracterizado pela diversidade de oportunidades é desfavorável à aceitação de uma nova experiência num meio que não permite liberdade de escolha — excepto para aqueles que consideram a sua estadia na cidade como fase transitória da sua vida. No entanto, enquanto para estes as relações socioafectivas se confinam ao universo familiar, já para a grande maioria a família é apenas um segmento (embora importante) da rede social. Nesta, os amigos e conhecidos assumem, na realidade, uma posição relevante em termos de suporte afectivo (e, frequentemente, informativo — cf. Marques, 1988).

REFERÊNCIAS

- AHTIK, V. (1963) — «Participation socio-politique des ouvriers d'industrie yougoslaves», in *Sociologie du Travail*, n.º 1: 1-23.
- BENIS, M. I. (1988) — «Rational choice or networking? Portuguese emigration to the United States» (em fase de publicação).
- CHOMBART DE LAUWE, P.-H. (1977) — *La vie quotidienne des familles ouvrières*, Paris, Ed. CNRS (3.ª ed.).
- CRUZ, M. A. (1973) — *A margem sul do estuário do Tejo*, Lisboa.
- GANS, H. (1982) — *The Levittowners*, Nova Iorque, Columbia University Press (2.ª ed.).
- GASPAR, J. (1987) — *Portugal - Os próximos 20 anos* (1.ª vol.), Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- GERMANI, G. (1978) — «Migração e integração cultural», in Hauser, P. (dir.), *Manual de pesquisa social nas zonas urbanas*, São Paulo, Bibl. Pioneira das Ciências Sociais: 147-169 (1.ª ed., 1965).
- GODINHO, V. M. (1980) — *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia (4.ª ed.).

- FISCHER, C. (1975) — «Toward a subcultural theory of urbanism», in *American Journal of Sociology*, vol. 80, n.º 6: 1319-1341.
- FISCHER, C. (1981) — «The public and private worlds of city life», in *American Sociological Review*, vol. 46, n.º 3: 306-316.
- FISCHER, C.; JACKSON, R.; STUEVE, C.; GERSON, K.; JONES, L.; BALDASSARE, M. (1977) — *Networks and places*, Nova Iorque, The Free Press.
- MARQUES, M. (1988) — «Estratégias alternativas em situação de crise» (em fase de publicação).
- MICHELSON, W. (1970) — *Man and his urban environment. A sociological approach*, Reading, Mas., Addison-Wesley Publishing Company.
- RAMBAUD, P. (1973) — *Société rurale et urbanisation*, Paris, Seuil (2.ª ed.).
- TILLY, C.; BROWN, C. (1967) — «On uprooting, kinship and the auspices of migration», in *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 8, n.º 2: 139-164.
- TOURAINÉ, A. (1960) — «Les ouvriers d'origine agricole», in *Sociologie du Travail*, n.º 3: 230-245.
- WHYTE, W. (1967) — «On "Street corner society"», in E. Burgess e D. Bogue (dir.), *Contributions to urban sociology*, Chicago, The University of Chicago Press: 256-268.
- WILSON, T. (1985) — «Urbanism and tolerance: a test of some hypotheses drawn from Wirth and Stouffer», in *American Sociological Review*, vol. 50, n.º 1: 117-123.
- WIRTH, L. (1938) — «Urbanism as a way of life», in P. Hatt e A. Reiss (dir.), *Cities and Society*, Nova Iorque, The Free Press of Glencoe, 1963: 46-63.

Numa observação efectuada junto de 56 activos, recentemente submetidos à experiência da perda de emprego, procurou-se determinar as condições favoráveis e desfavoráveis à aceitação da mobilidade. As entrevistas realizadas apontam, em geral, para um esforço considerável de adaptação a novas experiências profissionais, mas uma fraca permeabilidade à mobilidade geográfica. A consciência da escassez de oportunidades disponíveis fora dos (raros) grandes centros urbanos, o enraizamento socio-afectivo local e a estabilidade familiar são apontados como os maiores óbices à eventualidade duma experiência migratória, mesmo quando a actual reintegração no mercado de trabalho é percebida como negativa e frustrante.

ABSTRACT

While interviewing 56 individuals who recently experienced the loss of employment, we tried to establish the favorable and unfavorable conditions to mobility. Most of the interviewees show a considerable effort to adapt to new job experiences, but a low permeability to geographical mobility. The awareness of the scarce opportunities available outside the (rare) large urban centres, the local emotional bonds, and family stability are presented as the major obstacles to the idea of migration — when the present reintegration in the labour market is considered as a negative and frustrating experience.